

Brasil negociará toda a...

por Getúlio Bittencourt
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

presidencial e a situação social interna. Segundo observou a este jornal uma alta fonte do governo João Figueiredo, estes dois assuntos preocupam, mas em tempos e intensidades diferentes.

A maior preocupação, curiosamente, é com as possibilidades de conflitos sociais intensos, devido à deterioração da qualidade de vida e dos níveis de consumo que o Decreto-lei nº 2.065 deve impor para assegurar aos credores que o País viverá vinte meses de austeridade. "Eu estou mesmo preocupado", disse um ministro a este jornal, "e acho que vou continuar preocupado mesmo depois de deixar o governo."

Num gabinete decisivo

do Palácio do Planalto, também se espera que, num segundo "round", o próprio FMI troque de papel, que tem sido até agora o de aplicar o seu receituário aos países-membros em dificuldades, e passe a agir também sobre a comunidade financeira internacional.

Antes de tentar agir politicamente através do FMI, porém, o governo brasileiro precisa da chancela do organismo para obter os US\$ 3,8 bilhões que lhe faltam para fechar o balanço de pagamentos deste ano e mais US\$ 5,2 bilhões para fechar o de 1984. Com isso, somado ao superávit comercial estimado em US\$ 6,3 bilhões neste ano, o Brasil estará fora das manchetes mundiais e poderá dedicar-se, por um lado, à renegociação, e, por outro, a expandir em 13,3% suas

Empréstimos em consórcio caem

A relutância dos bancos em emprestar a países muito endividados provocou uma dramática queda nos lançamentos de consórcios de empréstimos, disse a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A montagem de eurocréditos consorciados de médio prazo declinou de US\$ 4,1 bilhões em setembro para US\$ 1,3 bilhão neste mês, segundo dados preliminares da OCDE.

exportações primárias e em 10,9% as exportações de produtos industrializados no próximo ano, como prevê o Banco Central.

Brasil negociará toda a dívida

por Getúlio Bittencourt
de Brasília

Uma nova fase de negociação da dívida externa será inaugurada logo depois que um parecer favorável à política econômica imposta pelo Decreto-lei 2.065 sair da reunião do "board" do Fundo Monetário Internacional (FMI), que começa no dia 18. Segundo antecipou ontem a este jornal uma alta fonte do Palácio do Planalto, a nova fase abarcará enfim a renegociação do conjunto da dívida nacional.

Dados do Banco Central indicam que a expansão total da dívida externa caiu de 15,8% em 1982 para 10,4% neste ano, quando deve alcançar exatos US\$ 91,9 bilhões; com uma taxa de expansão em queda, estimada para 9,7% em 1984, a dívida chegará a US\$ 100,8 bilhões no final do próximo ano.

A intenção do governo João Figueiredo é desencadear a renegociação do total da dívida ainda neste ano, antes da escolha do seu sucessor, mesmo que seja necessário prosseguir nos entendimentos ao longo de todo o próximo ano. Um dos políticos mais influentes do PDS acrescentou a este jornal que as conversas com os credores serão administradas pelo ministro do Planejamento, Antônio Delfim Netto, que continua excluído de uma reforma ministerial no final deste ano.

O prazo político com que o governo brasileiro se sentará à mesa dos credores é de dez anos, com cinco de carência, incluindo tanto o principal quanto os juros (isto é, todo o serviço da dívida), cujo montante para 1984, por exemplo, é estimado pelo Banco Central em mais de US\$ 19 bilhões.

É um prazo ambicioso, como admitiu para este jornal um líder do PDS, mas não irreal — pelo menos um banqueiro norte-americano lembrou recentemente a este jornal que o Brasil, há poucos anos, conseguiu empréstimos no mercado com prazos de doze anos. Para renegociar sua dívida, o México conseguiu oito anos, com quatro de carência, que na verdade se transformaram em nove, com cinco anos, porque seu governo suspendeu todos os pagamentos ao longo de um ano enquanto renegociava.

Todo esse projeto está sendo edificado sobre a aprovação do Decreto-lei 2.065 pelo Congresso, tida como certa no Palácio do Planalto. O panorama da renegociação será enfrentado pelo Palácio do Planalto tendo como pano de fundo dois problemas delicados: a sucessão

(Continua na página 13)